



JORNAL DO MUNICÍPIO

ANO 6 - NÚMERO 90 - ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL - 30 dezembro / 1997

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL DECRETO Nº 9.104

de 02 de dezembro de 1997.
Nomeia membros Titular e Suplente do Conselho do Plano Físico Urbano - CPFU.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe confere o artigo 3º, Inciso I da Lei Municipal nº 4.728 de 23 de outubro de 1997 e a Lei Orgânica do Município, nomeia o Senhor Advogado Alberto Mattiello como Titular, e o Senhor Advogado Ary Aneio Tedesco como seu Suplente, no Conselho do Plano Físico Urbano - CPFU, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, nos termos da mencionada Lei.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,
em 02 de dezembro de 1997.
Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9107

de 05 de dezembro de 1997.
Concede auxílio autorizado pela Lei nº 3.725, de 03 de outubro de 1991.

Gilberto José Spier Vargas, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º É concedido à Associação Educacional Helen Keller, sediada nesta cidade, o auxílio de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), destinados à aquisição de 4.000 (quatro) mil bilhetes de passagens ou fichas de transporte coletivo urbano, referente ao mês de dezembro de 1997, a serem utilizados por entidades que prestam assistência educacional a portadores de deficiência física, mental, auditiva e visual.

Art. 2º A despesa decorrente do auxílio estabelecido no artigo 1º deste Decreto, correrá a conta da dotação 2.046/3231, da Secretaria da Educação e Cultura.

Art. 3º A Associação Educacional Helen Keller deverá prestar contas a Secretaria da Fazenda da perfeita aplicação do auxílio de que trata este Decreto, no prazo de 30 (trinta) dias após o seu recebimento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,
em 05 de dezembro de 1997.
Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.109

de 08 de dezembro de 1997.
Declara de Utilidade Pública para fins de desapropriação, as áreas que menciona.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere, especialmente o art. 94, inciso XI da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública para fins de desapropriação, na forma da legislação vigente, para execução de obras necessárias à melhoria da utilização do Complexo do Acesso Leste, os lotes abaixo discriminados:

a) Lote 25 da quadra 1636, de propriedade atribuída a Luiz Fernando Prates Menegat, sem benfeitorias, com 369,70m2 de área, com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte, por duas linhas, uma de 29,34 m com o lote 24 e outra de 7,00 m com a Rua Pinheiro Machado; ao Sul, por 33,61 m com o lote 26; ao Leste, por 12,82 m com a Rua Conselheiro Dantas e ao Oeste por duas linhas sendo uma de 3,13 m com servidão de passagem do SAMAE e outra de 9,16 m com a interseção das Ruas Pinheiro Machado e Nestor Moreira.

b) Lote 24 da quadra 1636, de propriedade atribuída a Luiz Fernando Prates Menegat, sem benfeitorias, com 370,61 m2, com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte, por 31,12 m com o lote nº 09; ao Sul, por 29,34 m com o lote 25; ao Leste, por 12,82 m com a Rua Conselheiro Dantas e ao Oeste por 12,57 m com a interseção das Ruas Pinheiro Machado e Nestor Moreira.

c) Lote 09 da quadra 1636, de propriedade atribuída a Luiz Fernando Prates Menegat, sem benfeitorias, com 406,36 m2 com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte, por 32,90 m com o lote 19; ao Sul, por 31,12 m com o lote 24; ao Leste, por 12,82 m com a Rua Conselheiro Dantas e ao Oeste por 12,57 m, com a Rua Nestor Moreira.

d) Parte do lote 19 da quadra 1636, de propriedade atribuída a Elídio Scalabrín, sem benfeitorias, de formato triangular, com 33,75 m2 com as seguintes medidas e confrontações: ao Nordeste, por 15,66 m com área remanescente do lote em questão; ao Sul, por 4,50 m com o lote 09 e ao Oeste por 15,00 m com a Rua Nestor Moreira.

e) Parte do lote 19 da quadra 1636, de propriedade atribuída a Elídio Scalabrín, sem benfeitorias, de formato irregular, com 41,00 m2 com as seguintes medidas e confrontações: ao Leste, por 15,00 m com a Rua Conselheiro Dantas; ao Sul, por 5,75 m com o lote 09 e ao noroeste, por uma linha curva de 15,85 m de extensão, com área remanescente do lote em questão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,
em 08 de dezembro de 1997.
Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL.

LEI Nº 4.763

de 08 de dezembro de 1997.
Autoriza assinatura de Convênio entre o Município de Caxias do Sul, o Estado do Rio Grande do Sul e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, vinculada ao Ministério da Aeronáutica, visando ao desenvolvimento, à administração, à manutenção, à operação e à exploração e outros serviços afins no Aeroporto Regional de Caxias do Sul e dá outras providências.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.
Art. 1º De acordo com o que dispõem os artigos 61, inciso XI, 94, inciso IX, e 133 da Lei Orgânica Municipal, fica autorizada a assinatura de Convênio entre o Município de Caxias do Sul, o Estado do Rio Grande do Sul e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, vinculada ao Ministério da Aeronáutica, tendo como objeto o desenvolvimento, a administração, a manutenção, a operação e a exploração e outros serviços afins no Aeroporto Regional de Caxias do Sul.

Parágrafo único. Os serviços serão prestados por um Superintendente do Aeroporto.

Art. 2º O Convênio a ser celebrado se submete aos regimentos constantes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes.

Art. 3º A Minuta do Convênio em anexo fica fazendo parte desta Lei como se nela estivesse transcrita.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,

em 08 de dezembro de 1997.
Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.754

de 04 de dezembro de 1997.
Altera o artigo 3º da Lei nº 3.808, de 27 de março de 1992, que institui o Conselho Municipal de Habitação COMHAB.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.
Art. 1º O artigo 3º da Lei nº 3.808, de 27 de março de 1992, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 3º O Conselho Municipal de Habitação será composto por 20 (vinte) membros e respectivos suplentes, assim constituído:

I - 10 (dez) membros representantes dos órgãos governamentais, incluindo as três esferas de governo;

- 01 (um) representante na esfera federal - Caixa Econômica Federal - CEF, órgão financeiro, linha de financiamento para habitação;

- 01 (um) representante na esfera estadual - METROPLAN, órgão estadual de planejamento;

- 08 (oito) representantes do Poder Executivo Municipal, sendo:

a) 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Habitação, sendo um, o titular, o Secretário Municipal da Habitação, e o outro, servidor da Secretaria;

b) 01 (um) representante do GAMAPLAN - Gabinete Municipal de Administração e Planejamento;

c) 01 (um) representante da Procuradoria-Geral do Município;

d) 01 (um) representante do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto;

e) 01 (um) representante da Secretaria do Desenvolvimento Urbano;

f) 01 (um) representante da Administração Pública Municipal, indicado pelo Prefeito;

g) 01 (um) representante da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

II - 10 (dez) membros representantes da sociedade civil - representantes dos usuários, prestadores de serviço na área habitacional e dos profissionais da área:

- 02 (dois) representantes da UAB - União das Associações de Bairros, sendo um deles morador e representante dos loteamentos populares;

- 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico;

- 01 (um) representante do Sindicato dos Empregados no Comércio;

- 01 (um) representante do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários;

- 01 (um) representante do Fórum Regional de Cooperativismo Habitacional;

- 01 (um) representante da CIC - Câmara de Indústria, Comércio e Serviços;

- 01 (um) representante do SINDUSCON - Sindicato da Construção Civil;

- 01 (um) representante da SEAAQ - Sociedade de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Química de Caxias do Sul;

- 01 (um) representante do movimento por moradia popular.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,
em 04 de dezembro de 1997.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.752

de 02 de dezembro de 1997.
Institui o Serviço Municipal de Controle de Produtos Agropecuários em Caxias do Sul e dá outras providências.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica instituído, no Município de Caxias do Sul, o Serviço Municipal de Controle de Produtos Agropecuários - COPAS.

Art. 2º É estabelecida a obrigatoriedade da prévia Inspeção e fiscalização agroindustrial de todos os produtos de origem animal e vegetal, preparados, transformados, manipulados, misturados, recebidos, embalados, acondicionados e destinados ao consumo da população.

Art. 3º A elaboração e comercialização dos produtos artesanais comestíveis, de origem animal e vegetal, receberão tratamento diferenciado e simplificado.

Parágrafo único. Considera-se produto artesanal aquele obtido por método de agroindustrialização que mantenha características típicas da região e produzidos em pequena escala, obedecidos os parâmetros fixados em regulamento.

Art. 4º Cabe à Secretaria Municipal da Agricultura, através do Serviço de Controle de Produtos Agropecuários, dar cumprimento às normas estabelecidas nesta Lei.

Art. 5º O estabelecimento abrangido por esta Lei deverá estar registrado na Secretaria Municipal da Agricultura para o seu devido funcionamento.

Art. 6º A fiscalização e a Inspeção de que trata a presente Lei serão exercidas em caráter permanente e periódico, segundo a necessidade do serviço.

Art. 7º As condições de instalação e os equipamentos mínimos necessários aos estabelecimentos abrangidos por esta Lei serão definidos na regulamentação, considerando principalmente as condições higiênico-sanitárias.

Art. 8º As taxas para a realização dos registros e inspeções efetuadas pelo COPAS serão de acordo com a tabela abaixo.

Registro de estabelecimento	R\$ 100,00
Registro de produtos, rótulos ou embalagens, por unidade	R\$ 50,00
Inspeção sanitária de produtos de origem animal (abate):	
Bovino e bubalino, por unidade	R\$ 1,10
Aves por lote de 100 unidades	R\$ 0,75
Suínos, ovinos e caprinos, por unidade	R\$ 0,37
Fabricação de embutidos, por lote de 100Kg	R\$ 0,53
Pasteurização de leite, por lote de 100 litros	R\$ 0,26
Fabricação de produtos lácteos	R\$ 0,26

Parágrafo único. Os estabelecimentos e os produtos artesanais estão isentos de taxas para os efeitos desta Lei.

Art. 9º A infração das normas aqui estabelecidas acarretará ao infrator, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil cabível, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

I - advertência;
II - multa de até R\$ 15.000,00;
III - apreensão de mercadorias;
IV - suspensão de atividade por até seis meses;
V - cassação do Registro.

Art. 10. O Município de Caxias do Sul, visando à aplicação da Lei e a melhor realização deste serviço, poderá celebrar convênio com a União, o Estado, municípios, universidades ou outras entidades de caráter público.

Art. 11. Esta Lei será regulamentada no prazo de sessenta dias a partir de sua publicação.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,

em 02 de dezembro de 1997.
Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.766

de 10 de dezembro de 1997.
Autoriza celebração de Convênio entre o Município de Caxias do Sul,

através da Prefeitura Municipal, e a concessionária da Estação Rodoviária de Caxias do Sul - Marietti & Cia Ltda, e dá outras providências.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a concessionária da Estação Rodoviária, Marietti & Cia Ltda, CGC-MF nº 88611066-0001/69, visando à reformulação do largo fronteiro da Estação Rodoviária, bem como receber, em regime de comodato, uma área de 1.528,74m2, de propriedade daquela.

Parágrafo único. A minuta de convênio anexa, bem como os projetos e estimativa de custos, passam a fazer parte integrante desta Lei, como se aqui estivessem transcritos.

Art. 2º Eventuais despesas decorrentes das obrigações assumidas no convênio pelo Município correrão à conta da dotação orçamentária 169157732083 - Serviços de Trânsito e Transporte Urbano - Elemento código 4110-10 - Obras e Tubulações, da Secretaria Municipal dos Transportes, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares no corrente ano e em dotação própria no ano subsequente, e a adotar as demais medidas administrativas visando ao perfeito cumprimento desta Lei.

Art. 3º A execução do convênio e a fiscalização de sua aplicação ficarão a cargo do Gabinete Municipal de Administração e Planejamento - GAMAPLAN.

Art. 4º Passados trinta dias do término das obras, o Poder Executivo remeterá à Câmara Municipal relatório das despesas decorrentes da presente Lei, com a documentação comprobatória.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,

em 10 de dezembro de 1997.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.767

de 10 de dezembro de 1997.

Ratifica Convênio celebrado entre o Município de Caxias do Sul, através da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente, e o Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, visando ao desenvolvimento das atividades do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e dá outras providências.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica ratificado o Convênio celebrado entre o Município de Caxias do Sul, através da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente, e o Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, visando ao desenvolvimento das atividades do Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

Art. 2º O texto do Convênio a que se refere o artigo anterior fica fazendo parte da presente Lei como se nela estivesse transcrito.

Art. 3º Em decorrência da aprovação do Convênio, objeto desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a promover todos os atos administrativos visando ao seu perfeito cumprimento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de setembro de 1997.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,

em 10 de dezembro de 1997.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.765

de 08 de dezembro de 1997.

Institui no Município de Caxias do Sul o DIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL E ARTÍSTICO.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º É instituído ao Município de Caxias do Sul o DIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL E ARTÍSTICO, a ser comemorado anualmente no dia 17 de outubro.

Art. 2º Será desenvolvido pelo Poder Público Municipal através da Secretaria de Cultura, na data comemorativa, amplo programa de divulgação, apresentação e comemoração, junto à rede pública municipal de educação, comunidade, imprensa em geral, da cultura, das tradições e do patrimônio do Município de Caxias do Sul.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,

em 08 de dezembro de 1997.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.762

de 08 de dezembro de 1997.

Autoriza o Poder Executivo a permitir o uso de área de terras de propriedade do Município à Sociedade do Cemitério Comunitário dos Bairros Madrid, Rosário e São Francisco.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a permitir, a título de Permissão de Uso de Bem Imóvel, o uso de terras, de propriedade do Município à Sociedade do Cemitério Comunitário dos Bairros Madrid, Rosário e São Francisco, localizada em parte do lote nº 15 da quadra nº 3.960, com 2.460,00m2, localizada na Av. Benjamin Custódio de Oliveira, s/nº, na Região Administrativa de Desvio Rizzo, tendo as seguintes medidas e confrontações: ao norte, por 30,26 metros, com o limite da área de domínio da rede de alta tensão (LT 534); a sudoeste, por 30,75 metros, com a Av. Benjamin Custódio de Oliveira; a leste, por 87,26 metros, com os lotes nºs 08, 09, 10, 11, 12 e 14, de propriedade presumida de, respectivamente, Elírio César dos Santos, Evonir Oliveira Guedes, Iraci Lurdes Abitante, Inocêncio Adilon de Andrade, Vitalina Vonatto e Delmir Cuelos Dal Pai; a oeste, por 76,55 metros, com a Rua Sebastião Neris de Campos.

Parágrafo único. A minuta do Termo de Permissão de Uso de Bem Imóvel, assim como a planta de localização, anexas, ficam fazendo parte integrante desta Lei, como se aqui estivessem transcritas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,

em 08 de dezembro de 1997.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.770

de 11 de dezembro de 1997.

Dispõe sobre o Fundo Municipal de Saúde de Caxias do Sul e revoga a Lei Municipal nº 3.939, de 16 de dezembro de 1992.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO E DEFINIÇÃO

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde de Caxias do Sul como receptor único de todos os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de saúde, no âmbito do Sistema Municipal de Saúde de Caxias do Sul

Art. 2º O Fundo Municipal de Saúde de Caxias do Sul será constituído por uma ou mais contas bancárias especiais, abertas em instituição bancária oficial.

Parágrafo único. As contas referidas no "caput" deste artigo serão abertas à medida que a natureza e a fonte dos recursos exigirem e deverão conter "Fundo Municipal de Saúde de Caxias do Sul", seguido do nome do convênio a que se refere.

Art. 3º As ações e serviços de saúde compreendem:

I - a assistência à saúde de forma universal, integral, igualitária e gratuita, em todos os níveis de complexidade;

II - a vigilância à saúde (vigilância sanitária e epidemiológica);

III - o controle e erradicação de epidemias e endemias;

IV - outras ações e serviços que sejam atribuições específicas da direção municipal do Sistema Único de Saúde - SUS.

Parágrafo único. É vedado o financiamento de ações e/ou serviços próprios de outros órgãos ou secretarias com recursos da saúde, ainda que o SUS participe em caráter suplementar.

CAPÍTULO II

DA GERÊNCIA

Art. 4º O Fundo Municipal de Saúde de Caxias do Sul será gerido e movimentado pelo Secretário Municipal de Saúde e Meio Ambiente e é subordinado à respectiva Secretaria.

Parágrafo único. Em caso de impedimento do Secretário, poderá ser designado representante para atuar em conjunto ou separadamente na movimentação das contas e demais atos administrativos.

CAPÍTULO III

DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

SEÇÃO I

DO ORÇAMENTO E SUA EXECUÇÃO

Art. 5º O Fundo Municipal de Saúde de Caxias do Sul terá orçamento próprio, previamente discutido com o Conselho Municipal de Saúde, a fim de evidenciar as prioridades e diretrizes por ele definidas, observados o Plano Municipal de Saúde, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universidade e do equilíbrio.

§ 1º O orçamento do Fundo integra o orçamento do Município, em obediência ao princípio da unidade.

§ 2º Na elaboração do orçamento observar-se-ão os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 6º O controle e a fiscalização da execução orçamentária e financeira, exercido em nível local pelo Conselho Municipal de Saúde, compreenderá, entre outros, a verificação:

- I - da legalidade dos atos que resultem a realização de despesa;
 - II - da responsabilidade de todos quanto de qualquer modo efetuem despesas, administrem ou guardem bens e valores públicos.
 - III - do cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de prestação de serviços.
- Art. 7º Imediatamente após a promulgação da lei de orçamento, a direção municipal do SUS elaborará o quadro de cotas mensais, referentes à dotação prevista no inciso I do artigo seguinte, indispensáveis à execução do plano de trabalho.

§ 1º O quadro de cotas mensais será aprovado por ato do Poder Executivo Municipal.

§ 2º As cotas mensais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite no orçamento e o comportamento de sua execução.

Art. 8º Constituem receitas do Fundo Municipal de Saúde de Caxias do Sul:

- I - dotações consignadas no orçamento municipal e créditos adicionais que lhe sejam destinados;
- II - recursos provenientes da seguridade social;
- III - auxílios, subvenções, contribuições, transferências e participações em convênios e ajustes da União, Estado e Município e de suas autarquias, fundações e empresas públicas;
- IV - doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- V - produto de operações de crédito;
- VI - rendimentos acréscimos, juros e correção monetária provenientes de aplicação de seus recursos financeiros;
- VII - produto de arrecadação de taxa de fiscalização sanitária e de higiene, multas e juros de mora por infrações ao Código Sanitário, bem como parcelas de arrecadação de outras taxas já instituídas e aquelas que o Município vier a criar;
- VIII - outras receitas.

§ 1º As receitas de que trata o inciso I serão de, no mínimo, 10% (dez por cento) das receitas correntes próprias do Município de cada exercício.

§ 2º O saldo positivo apurado no final de cada exercício será transferido imediatamente para o exercício seguinte:

Art. 9º Os recursos do Fundo Municipal de Saúde de Caxias do Sul serão aplicados, vedada qualquer outra destinação:

- I - no financiamento total ou parcial de programas integrados de saúde desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde ou por instituições conveniadas;
- II - no pagamento de vencimentos, salários e gratificações ao pessoal dos órgãos ou entidades que participarem das ações de atenção integral à saúde, bem como ao pessoal admitido ou contratado para execução de programas ou projetos específicos, não podendo ser ultrapassado o limite estabelecido pelos dispositivos constitucionais;
- III - no pagamento pela prestação de serviços de saúde que atendam programas ou projetos específicos que gerem receitas próprias para o Fundo;
- IV - na aquisição de material permanente e de consumo, de medicamentos e alimentos necessários ao desenvolvimento dos programas;
- V - na construção, reforma, ampliação, aquisição e locação de imóveis e outros estabelecimentos de prestação de serviços de saúde;
- VI - no desenvolvimento de políticas de formação, aperfeiçoamento, treinamento e reciclagem de recursos humanos para a saúde;
- VII - no financiamento de projetos de pesquisa na área de saúde, desenvolvidos por seus servidores;
- VIII - no atendimento de despesas diversas de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações de saúde.

Parágrafo único. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

SEÇÃO II

DA CONTABILIDADE

Art. 10. A contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Caxias do Sul tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do Sistema Municipal de Saúde, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 11. Para efeito de escrituração e controle contábeis, constituem ativos do Fundo Municipal de Saúde de Caxias do Sul:

- I - disponibilidades monetárias nas contas previstas no artigo 2º;
- II - bens móveis e imóveis de propriedade do Município, do Estado e da União, geridos pela Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente;
- III - outros ativos.

Art. 12. Constituem passivos do Fundo Municipal de Saúde de Caxias do Sul as obrigações de qualquer natureza que o Município ou a Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente venham a assumir para a manutenção e funcionamento do Sistema Municipal de Saúde de Caxias do Sul.

SEÇÃO III

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 13. As prestações de contas do Fundo Municipal de Saúde de Caxias do Sul às entidades e órgãos repassadores de recursos observarão as normas por eles editadas.

Parágrafo único. Cópias serão enviadas ao Conselho Municipal de Saúde para deliberação.

Art. 14. As entidades, órgãos ou estabelecimentos que, por qualquer motivo, receberem recursos através do Fundo Municipal de Saúde de Caxias do Sul prestarão contas, mensalmente, à direção municipal do SUS.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no "caput" deste artigo acarretará a suspensão dos recursos repassados.

Art. 15. A Secretaria Municipal da Saúde e Meio Ambiente deverá remeter trimestralmente ao Poder Legislativo demonstrativo financeiro, constando do mesmo as receitas e despesas, em seus valores mensais.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 3.939, de 16 de dezembro de 1992.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,
em 11 de dezembro de 1997.
Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.784

de 16 de dezembro de 1997.

Disciplina e autoriza a ocupação de espaço público no CALÇADÃO DO ARTESANATO, e dá outras providências.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica autorizado, em caráter excepcional e precário, o exercício das atividades de artesão, nas condições e local prescrito nesta Lei.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, artesão é aquele que produz mercadorias, em pequena escala, valendo-se, predominantemente, de suas próprias aptidões.

Art. 2º A atividade de artesão no CALÇADÃO DO ARTESANATO é autorizada no trecho da Rua Dr. Montauray entre a Av. Júlio de Castilhos e a Rua Pinheiro Machado, na forma estabelecida no mapa que fica fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 3º O local para os artesãos será dividido em treze espaços de 7,50 m2 (sete metros e cinquenta decímetros quadrados) cada um (3,00m X 2,50m), sobre os quais serão construídos abrigos padronizados conforme projeto integrante desta lei, vedada a ampliação.

Parágrafo único. Cada artesão selecionado ocupará apenas um espaço.

Art. 4º A autorização para ocupação de espaço tem caráter precário, sendo pessoal e intransferível.

Art. 5º A taxa de ocupação do espaço autorizado é de 120 (cento e vinte) UFIRs anualmente, por espaço.

Art. 6º A identificação do autorizado é obrigatória no local e far-se-á através do Alvará de localização fornecido pelo Poder Público Municipal.

Art. 7º O horário de funcionamento é o mesmo praticado pelo comércio local.

Art. 8º O objeto do comércio deve ser lícito, sendo vedada a comercialização de qualquer tipo de gênero alimentício.

Art. 9º O autorizado deve manter o espaço ocupado e suas imediações sempre limpos e dentro das normas estabelecidas pelos órgãos fiscalizadores de higiene e saúde.

Art. 10. As tratativas dos artesãos junto ao Poder Público Municipal serão encaminhadas através da entidade que os representa.

Art. 11. A ausência superior a quinze dias ao local autorizado, deve ser justificada à Secretaria do Desenvolvimento Urbano - SDU, órgão fiscalizador municipal, sob pena de cassação da autorização concedida.

Art. 12. O Poder Público Municipal, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SDU, fiscalizará o local exigindo a observância das disposições da presente e demais legislação aplicável à espécie, podendo, em caso de descumprimento, aplicar as respectivas penalidades, dentre as quais a cassação da autorização.

Art. 13. Esta Lei será regulamentada pelo Poder Público Municipal no prazo de até noventa dias a contar de sua publicação, com cópia à Câmara Municipal.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,
em 16 de dezembro de 1997.
Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.783

de 16 de dezembro de 1997.

Altera a Lei Municipal nº 3.141, de 29 de junho de 1987, e dá outras providências.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º São revogados os artigos 5º e 18 da Lei Municipal nº 3.141, de 29 de junho de 1987.

Art. 2º O artigo 9º da Lei Municipal nº 3.141, de 29 de junho de 1987, alterada pelas leis nºs 3.465, de 19 de março de 1990, 3.169, de 21 de dezembro de 1990, e 3.985, de 29 de abril de 1992, passa a ter a seguinte redação:

ÁREA NÍVEL DENOMINAÇÃO DAS CLASSES CÓDIGO N. DE CARGOS			
I	III	Professor G-1	1.3.1.1.G1 1887
II	IV	Professor G-3	1.3.1.1.G3 1094

Art. 3º O artigo 15 da Lei Municipal nº 3.141, de 29 de junho de 1987, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 15. É assegurada gratificação pela formação profissional ao professor, calculada sobre o Grau 1 (um), na seguinte proporção:

- I - grau 2 - 10% sobre o grau 1;
- II - Grau 3 - 20% sobre o grau 1;
- III - Grau 4 - 30% sobre o grau 1;
- IV - Grau 5 - 40% sobre o grau 1.

§ 1º A promoção por titulação, de que trata este artigo, será concedida ao professor no mês subsequente ao que, de forma expressa, requerer, fundamentadamente, a respectiva concessão.

§ 2º A concessão da promoção de que trata este artigo tem por fundamento a formação profissional do professor, excedente à mínima exigida para o provimento, através de concurso do cargo da carreira inicial, sendo esta grau 1 e grau 3."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,
em 16 de dezembro de 1997.
Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.776

de 15 de dezembro de 1997.

Revoga a Lei nº 2.123, de 24 de setembro de 1973, que estabelece normas para a construção e reforma de prédios na cidade e dá outras providências.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 2.123, de 24 de setembro de 1973.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,
em 15 de dezembro de 1997.
Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.797

de 23 de dezembro de 1997.

Autoriza a Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul - CODECA - a realizar operação de crédito - FINAME - para aquisição de maquinários e equipamentos de apoio, até o limite de R\$ 700.000,00, e dá outras providências.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica autorizada a Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul - CODECA - a realizar operação de crédito - FINAME - até o limite de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), para aquisição de maquinários e equipamentos de apoio para serem utilizados na pavimentação de ruas e estradas do Município de Caxias do Sul.

Parágrafo único. O prazo de pagamento do principal será de até 60 (sessenta) meses, incluindo o período de carência.

Art. 2º Após a efetivação da operação de crédito, objeto da presente Lei, o Poder Executivo remeterá à Câmara Municipal cópia do contrato de financiamento, bem como toda a documentação referente ao mesmo.

Art. 3º Os maquinários e equipamentos de que trata a presente Lei são os seguintes:

- a) uma usina de asfalto, tipo DRUM-MIXER, com capacidade de 100 t/h, equipada com dosador de agregados, correia de arraste e transportadora, secador-misturador térmico, filtro purificador via úmida com exaustor, transportador da massa asfáltica, bomba de asfalto e compressor de ar, unidade central com painel de comando, fiação elétrica, balança eletrônica, vibrador eletromagnético, sistema de acendimento da chama, silo de armazenamento de 25m3, sistema de aquecimento e estocagem com caldeira automática, 03 tanques térmicos com 30.000 litros e conjunto de tubulação encamisadas e interligadas à USINA.
Valor estimado R\$ 480.000,00;
 - b) um rolo compactador autopropulsor de pneus equipado com motor diesel de 6 cilindros, potência de 100 Hp, 7 pneus lisos, três velocidades à frente e ré, peso operacional 20.000Kg para fechamento da capa asfáltica
Valor estimado R\$ 100.000,00
 - c) uma plataforma semi-reboque com 2 eixos traseiros, com sistema iluminação e sinalização, capacidade transporte de 25.000Kg
Valor estimado R\$ 40.000,00
 - d) um caminhão basculante para transporte de asfalto, com potência de 180 Hp e capacidade de carga de 18 toneladas
Valor estimado R\$ 80.000,00
Valor estimado R\$ 700.000,00
- Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.
- GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,
em 23 de dezembro de 1997.
Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.798

de 23 de dezembro de 1997.

Autoriza a aprovação de Condomínio Horizontal Residencial, em regime de exceção, e dá outras providências.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado, para efeitos de aprovação de projeto de Conjunto Residencial Horizontal, objeto do Processo Administrativo nº 97/10154-7, a excetar das disposições constantes dos artigos 33 e 34 da Lei Municipal nº 2.516/79, os seguintes parâmetros urbanísticos:

- a) área máxima do terreno que abriga o conjunto residencial;

DESCRIÇÃO DA ÁREA

Uma área de terras urbanas, sem benfeitorias, constituída pelo lote urbano nº1, quadra nº 4853, zona 43, setor 10, numerações administrativas do Bairro Novo Perimetro, desta cidade, com área de 42.969,19m2 (quarenta e dois mil e novecentos e sessenta e nove metros e noventa centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: ao norte, por 292,40 metros (duzentos e noventa e dois metros e quarenta centímetros), com terras de Timóteo Borges e Valmir Susin; ao sul, por 274,85 metros (duzentos e setenta e quatro metros e oitenta e cinco centímetros), com terras de herdeiros de Luiz Salvador, de Emílio Salvador e João Salvador; a leste, por 151,50 metros (cento e cinquenta e um metros e cinquenta centímetros), com terras de Antônio Salvador; ao Sudeste por 152,51 metros (cento e cinquenta e dois metros e cinquenta e um centímetros), com terras de Avelino Frizzo e outros; registrado no Registro de Imóveis da 1ª Zona da Comarca de Caxias do Sul/RS, sob nº 5.441, Livro 3V, fls. 91.

- b) percentual mínimo de área de lazer para uso comum dos habitantes do Conjunto Horizontal.

Art. 2º Isenção do parâmetro urbanístico previsto no artigo 13, quanto à restrição à existência de quarteirão com mais de 10.000m2 (dez mil metros quadrados) e extensão de 150 metros (cento e cinquenta metros), da Lei Municipal nº 3.300/88.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,
em 23 de dezembro de 1997.
Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 9.110

de 11 de dezembro de 1997.

Re-Ratifica termos do Decreto nº 9.053 de 21 de outubro de 1997.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere,

Considerando que o Decreto a ser revogado é o de nº 7.278, de 01 de novembro de 1991, e não o de nº 7.728, como constou no Decreto nº 9.053, de 21 de outubro de 1997,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 1º do Decreto nº 9.053 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica revogado o Decreto nº 7.278, de 01 de novembro de 1991, que trata de aprovação do loteamento denominado N5E1, de propriedade da Companhia de Habilitação do Estado do Rio Grande do Sul."

Art. 2º - Ficam ratificados os demais termos constantes do Decreto nº 9.053, de 21 de outubro de 1997.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,
em 11 de dezembro de 1997.
Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.114

de 12 de dezembro de 1997.

Retifica a área declarada de Utilidade Pública pelo Decreto nº 8898, para fins de Desapropriação pelo SAMAE, de propriedade atribuída ao Sr. ANTENOR JOÃO VIDOR E OUTROS.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pela regra do art. 94, incisos III, XI da Lei Orgânica do Município, tendo presente as disposições contidas nos art(s). 2º, 5º, alínea "d", 6º, do Decreto - Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e as alterações introduzidas pela lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956,

DECRETA:

Art. 1º - É declarada de Utilidade Pública para fins de Desapropriação pelo SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, por ser necessária a área de 1.200,00m2, dentro de um todo maior de 5.202,90m2, pertencente ao lote nº 36 da quadra 3172, com frente para a Rua Luiz Dal'Alba, no Bairro de Lazzar, com as seguintes medidas:

Uma área de terras, sem benfeitorias, confrontando; ao norte, por 60,00m, com limite da quadra 1174; ao sul, por duas linhas de 30,00m cada, com área remanescente de Antenor João Vidor e Outros; a oeste, por 35,00m com área remanescente; ao leste, por duas linhas, uma de 30,00m com área remanescente e outra de 5,00m com a Rua Luiz Dall'Alba, encontra-se matriculada sob nº 59964, fl. 266, livro 3B-S, no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Zona de Caxias do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,
em 12 de dezembro de 1997.
Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

LEI Nº 4795

de 23 de dezembro de 1997.

Estima a receita e fixa a despesa da Fundação de Assistência Social FAS - para o exercício econômico-financeiro de 1998.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O orçamento da Fundação de Assistência Social - FAS, para o exercício econômico-financeiro de 1998, prevê a receita e fixa a despesa em R\$ 2.762.000,00 (dois milhões e setecentos e sessenta e dois mil reais).

Art. 2º A receita será arrecadada na forma da legislação vigente, obedecendo-se:

JORNAL DO MUNICÍPIO

Publicado em cumprimento ao que dispõe o art. 12º do ADT da Lei Orgânica do Município em consonância com a lei nº 3.810, de 10/04/92, regulamentada pelo Decreto nº 7395 de 05/05/92. Rua Alfredo Chaves, 1333, Caxias do Sul-RS Telefone: 228.2344 - Ramal 1211 - Fax: (054)228.2344/1223

Jornalistas responsáveis:
PODER EXECUTIVO: Eliana Zarpelon
MTB 3821
PODER LEGISLATIVO: Eloá Nespolo Benedetti

Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro S.A.
Elaboração e revisão: Dirceu Soares - MTB 6855

cendo à seguinte classificação geral:

TÍTULO	R\$	R\$
RECEITAS CORRENTES		
Receita Patrimonial		480,00
Transferências Correntes		2.753.000,00
Outras receitas correntes		7.320,00
SOMA		2.760.800,00
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienação de bens		1.200,00
SOMA		1.200,00
TOTAL		2.762.000,00

Art. 3º A despesa será realizada de acordo com as tabelas anexas - Natureza da Despesa e Programa de Trabalho - por Unidades Orçamentárias e por Projetos e Atividades, que ficam fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares a projetos e atividades, em qualquer mês do período administrativo, até o limite de 10% (dez por cento) da receita realizada, utilizando recursos considerados hábeis pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. A referida autorização não onera o limite previsto neste artigo quando destinada a:

I - créditos adicionais suplementares destinados ao atendimento de despesas relativas a Pessoal Civil, Obrigações Patronais, Inativos e Salário-Família, inclusive aquelas resultantes da criação de novos cargos ou alterações de estrutura de carreiras;

II - créditos adicionais suplementares adicionados ao atendimento de transferências para a COMAI, com a finalidade de cumprir compromissos relativos a despesas de pessoal da mesma, bem como rescisões de contratos, depósitos judiciais oriundos de ações trabalhistas, satisfazer precatórios e demais encargos pertinentes;

III - créditos adicionais suplementares para aplicação de recursos provenientes de convênios firmados;

IV - suplementar a reserva de contingência pela maior receita, estimada com base no comportamento da arrecadação.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1998.

art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,

em 23 de dezembro de 1997.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 48

de 16 de dezembro de 1997.

Cria a Guarda Municipal de Caxias do Sul e dá outras providências.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica criada corporação uniformizada e armada, a qual caberá a proteção dos bens, serviços e instalações do Município e a colaboração com o órgão de fiscalização municipal, além de outras, que poderão ser estendidas através de lei ou convênio.

Art. 2º No plano de sua estrutura orgânica e orçamentária a Guarda Municipal de Caxias do Sul integra a Secretaria Municipal de Administração, correspondendo-lhe a Divisão da Guarda Municipal.

Art. 3º O Cargo de Vigilante passará a denominar-se Guarda Municipal, com as novas especificações de classe constantes no anexo I, integrante desta Lei, extinguindo-se o cargo de Vigilante, código 1.1.7.1.02.

Parágrafo único. Os atuais ocupantes do cargo de Vigilante, no Quadro de Cargos de Provedimento Efetivo, que passam a integrá-lo, na forma da Lei Municipal nº 2.266, de 29 de dezembro de 1975, e legislação superveniente, como segue.

NÍVEL	DENOMINAÇÃO DAS CLASSES	CÓDIGO	Nº CARGOS
II	Guarda Municipal	1.2.5.7.02	180

Art. 5º Fica assegurado ao Guarda Municipal, quando no exercício de suas atribuições, a percepção de adicional de risco de vida, em percentual de 50% (cinquenta por cento), calculado sobre o padrão base de vencimento do Guarda Municipal, mediante requerimento do interessado.

§ 1º O adicional de risco de vida será incorporado, na aposentadoria, ao provento do servidor que o tenha percebido durante 5 (cinco) anos, consecutivos ou não.

§ 2º O adicional de que trata o "caput" não é cumulativo com os adicionais de penosidade, insalubridade e periculosidade.

§ 3º O adicional de risco de vida é devido ao Guarda Municipal que desempenha suas atribuições e esteja regularmente capacitado para a função, de acordo com as normas pertinentes à espécie.

Art. 6º Ficam criadas as seguintes Funções Gratificadas no Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas, na forma da Lei nº 2.266, de 29 de dezembro de 1975, e legislação superveniente, como segue:

QUANT.	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
01	Diretor de Divisão da Guarda Municipal	2.1.4.6.8
01	Chefe de Serviço da Escola de Capacitação e Reciclagem da Guarda Municipal	2.1.4.4.6
01	Chefe de Serviço Administrativo e Fiscalização de Postos da Guarda Municipal	2.1.4.4.6
03	Chefe de Seção de Fiscalização de Postos	2.1.4.3.4

Art. 7º A função dos códigos de identificação das classes dos cargos e funções ora criados e ampliados obedecem à Lei nº 2.266, de 29 de dezembro de 1975.

Art. 8º No exercício regular das atribuições de Guarda Municipal o Servidor terá garantia assistência jurídica, prestada gratuitamente pelo Município.

Art. 9º O regime Jurídico da Guarda Municipal subordina-se ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 3.673/91, ccm as alterações produzidas por esta Lei.

§ 1º Juntamente com a avaliação do estágio probatório, previsto nos artigos 42 a 47 da Lei Complementar nº 3.673/91, o Guarda Municipal, para ser considerado estável, deverá, ainda, obter aprovação no curso de capacitação para guardas municipais, ministrado pelo Município de acordo com as normas pertinentes à espécie.

§ 2º Excetuam-se das disposições contidas no § 1º os servidores estáveis investidos no cargo de Vigilante.

Art. 10. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a fixar o Regulamento de Uniformes da Guarda e a criação da Escola de Capacitação e Reciclagem de Guardas Municipais, consoante as normas pertinentes à espécie.

Art. 11. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,

em 16 de dezembro de 1997.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 49

de 17 de dezembro de 1997.

Acresce artigo e parágrafos ao Título IV, Capítulo Único, da Lei nº 3.165, de 07 de outubro de 1997 - Código de Posturas.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º Acresce artigo e parágrafos ao Título IV, Capítulo Único - Da Higiene e Limpeza, da Lei nº 3.165, de 07 de outubro de 1987, com a seguinte redação, renumerando-se os demais.

"Art. 123. Ficam os prédios que tenham mais de quatro residências ou acima de três pavimentos, localizados no perímetro urbano do Município de Caxias do Sul, obrigados a instalar e manter no passeio público uma lixeira para lixo orgânico e outra para lixo inorgânico.

§ 1º O descumprimento do disposto do "caput" sujeitará o infrator ao pagamento de multa equivalente a 100 (cem) UFIRs.

§ 2º A reincidência, no prazo de 30 (trinta) dias, no descumprimento desta, implicará no pagamento em dobro do valor da multa estabelecida no parágrafo anterior, e assim sucessivamente, em progressão aritmética".

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,

em 17 de dezembro de 1997.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 50

de 19 de dezembro de 1997.

Altera dispositivos e acresce artigos ao Capítulo III do Título VIII da Lei nº

3.165, de 07 de outubro de 1987 - Código de Posturas do Município.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º As penas dos artigos a seguir discriminados da Lei nº 3.165, de 07 de outubro de 1987, passam a ser as seguintes:

"Art. 147...

A infração do disposto neste artigo acarretará as seguintes penas:

- a) na primeira autuação, multa de 300 UFIRs;
- b) na segunda autuação, multa de 600 UFIRs;
- c) nas demais autuações, multa de 900 UFIRs.

Art. 148...

A infração do disposto em qualquer dos incisos deste artigo acarretará as seguintes penas:

- a) na primeira autuação, multa de 100 UFIRs;
- b) na segunda autuação, multa de 200 UFIRs;
- c) nas demais autuações, multa de 300 UFIRs.

Art. 151...

A infração do disposto neste artigo acarretará as seguintes penas:

- a) na primeira autuação, multa de 300 UFIRs;
- b) na segunda autuação, multa de 600 UFIRs;
- c) nas demais autuações, multa de 900 UFIRs;

c) a reincidência num prazo inferior a trinta dias será penalizada com a suspensão das atividades e fechamento do estabelecimento.

Art. 152...

A infração do disposto neste artigo e alíneas acarretará as seguintes penas:

- a) na primeira autuação, multa de 300 UFIRs;
- b) na segunda autuação, multa de 600 UFIRs;
- c) nas demais autuações, multa de 900 UFIRs;
- d) a reincidência num prazo inferior a trinta dias será penalizada com a suspensão das atividades e fechamento do estabelecimento."

Art. 2º O parágrafo único do artigo 152 da Lei nº 3.165, de 07 de outubro de 1987, passa a ter seguinte redação:

"Parágrafo único. A medição dos níveis de sons incômodos e ruídos será feita a dois metros dos limites do imóvel onde se encontra a fonte emissora."

Art. 3º São acrescentados ao Capítulo III do Título VIII da Lei nº 3.165, de 07 de outubro de 1987, os seguintes artigos, renumerando-se os subsequentes:

"Art. 153. Toda a empresa que possuir alarmes deverá responsabilizar-se em desligá-lo imediatamente caso acione acidentalmente, especialmente à noite e finais de semana.

A não-observância do disposto neste artigo serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) na primeira autuação, multa de 300 UFIRs;
- b) na segunda autuação, multa de 600 UFIRs;
- c) nas demais autuações, multa de 900 UFIRs;

Art. 154. As lojas de Conveniência instaladas, inclusive em postos de gasolina e assemelhados, que utilizarem ou permitirem, no espaço físico em que atuam, a utilização de alto-falantes, fonógrafos, rádios, buzinas, ruídos provenientes de veículos automotores, aparelhos sonoros e qualquer outro tipo de ruído que supere 45 decibéis (db), no horário de 22 às 6 horas, serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) na primeira autuação, multa de 300 UFIRs;
- b) na segunda autuação, multa de 600 UFIRs;
- c) nas demais autuações, multa de 900 UFIRs;
- d) a reincidência num prazo inferior a trinta dias será penalizada com a suspensão das atividades e fechamento do estabelecimento.

Art. 155. A utilização de equipamentos de som, por veículos, com limite superior a 45 decibéis (db), das 22 às 6 horas, serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) na primeira autuação, multa de 300 UFIRs;
- b) na segunda autuação, multa de 600 UFIRs;
- c) nas demais autuações, multa de 900 UFIRs.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,

em 19 de dezembro de 1997.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 54

de 23 de dezembro de 1997.

Regulamenta a concessão de auxílio-creche para os servidores do Município e dá outras providências.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º É concedido, a título de auxílio-creche, mensalmente, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do menor padrão vigente no Município, por filho de zero a seis anos, aos servidores ativos beneficiados nos termos desta Lei.

Parágrafo único. O benefício de que trata o "caput", sendo o pai e mãe servidores públicos municipais, será pago a um só dos cônjuges e por filho.

Art. 2º Fazem jus ao auxílio todos os servidores municipais da Administração Direta, Indireta e Fundacional, inclusive os celetistas.

Art. 3º O auxílio de que trata esta Lei não integrará o vencimento ou salário, não sendo computado para qualquer efeito para fins de cálculo de quaisquer outras vantagens atuais ou futuras.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o disposto nos artigos 320 a 324 e o artigo 2º do Ato das Disposições Transitórias da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,

em 23 de dezembro de 1997.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.799

de 23 de dezembro de 1997.

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Mercantil do Brasil S/A, como agente financeiro do FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos - BNDES), e dá outras providências.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar com o Banco Mercantil do Brasil S/A, agente financeiro e repassador do FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos - BNDES), operação de crédito até o limite de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), reajustáveis pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, ou outro índice oficial indicado pelo BNDES, ou índice que esteja conforme as normas federais editadas a partir de 1º de fevereiro de 1991, tendo como data-base o dia 1º de dezembro de 1997, cujo produto será utilizado na compra de equipamentos agrícolas, de transporte de carga, de equipamentos rodoviários, de pás carregadeiras, de motoniveladoras e de retroescavadeiras.

Art. 2º O prazo de amortização será de 36 (trinta e seis) meses, sendo 06 (seis) meses de carência.

§ 1º Os encargos financeiros serão da TJLP mais 6,5% (seis vírgula cinco por cento) ao ano.

§ 2º Os procedimentos legais desta operação de crédito são normatizados pelo Conselho Monetário Nacional, através da Resolução nº 002444, de 14 de novembro de 1997, e pelo que dispõe a Resolução nº 069, de 15 de dezembro de 1995, do Senado Federal, bem como as condições contratuais estabelecidas pelo FINAME.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a dar em garantia para a operação de crédito de que trata esta Lei as parcelas que se fizerem necessárias do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e do Fundo de Participação dos Municípios.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os competentes créditos adicionais necessários até o limite do valor constante do artigo 1º da presente Lei e os reajustes do referido, tendo como data-base o dia 1º de dezembro de 1997, cujos recursos serão originários de operação de crédito FINAME, contratado com o Banco Mercantil do Brasil S/A.

Art. 5º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais autorizados no art. 4º da presente Lei obedecerão ao que dispõe o art. 43, § 1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º Os orçamentos anuais do Município consignarão em cada exercício dotação suficiente para o pagamento do valor principal do financiamento, bem como dos encargos resultantes da presente operação de crédito, ficando o Poder Executivo desde já autorizado a abrir os créditos adicionais, suplementares e/ou especiais necessários.

Art. 7º O Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura da operação de crédito autorizada por esta Lei, cópias do instrumento contratual firmado, bem como da documentação

referente à importância das garantias estabelecidas no artigo 3º.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,

em 23 de dezembro de 1997.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.796

de 23 de dezembro de 1997.

Autoriza o Município a destinar auxílio financeiro à União Caxiense de Estudantes Secundaristas - UCES - e dá outras providências.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro à União Caxiense de Estudantes Secundaristas - UCES, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Art. 2º Em decorrência da autorização contida no artigo 1º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o elemento de despesa de código 3233 "Contribuições Correntes", na atividade de código 08492542.046 - "Contribuições a Entidades Particulares", no valor do auxílio.

Art. 3º Servirá de recurso para atender à abertura do crédito adicional autorizado por esta Lei a redução do elemento de código 3132 "Outros Serviços e Encargos" da atividade de código 03070202.009 - "Serviços Administrativos Relativos ao Gabinete do Prefeito", no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Art. 4º O Poder Executivo fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar ou especial e a adotar todas as demais medidas administrativas necessárias ao fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 5º A União Caxiense de Estudantes Secundaristas - UCES - fica obrigada a, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento do auxílio, prestar contas ao Poder Executivo da utilização do valor repassado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,

em 23 de dezembro de 1997.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 47

de 12 de dezembro de 1997.

Acresce artigos e parágrafos ao Título III, Capítulo II, da Lei nº 3.165, de 07 de outubro de 1987 - Código de Posturas.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º Acresce artigos e parágrafos ao Título III, capítulo II - DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PROFISSIONAIS, da Lei nº 3.165, de 07 de outubro de 1987, com a seguinte redação, renumerando-se os demais.

"Art. 44 - É obrigatório, no Município de Caxias do Sul, que estabelecimentos comerciais do tipo "shopping", com mais de trinta lojas, coloquem à disposição dos clientes serviços de pronto-socorro médico.

§ 1º Os "shoppings" destinarão área física suficiente para a montagem de um ambulatório médico com equipamentos e materiais de primeiros socorros.

§ 2º O ambulatório funcionará durante o horário de atendimento ao público, sob a responsabilidade de, no mínimo, um médico clínico geral, que permaneça de plantão no local.

§ 3º Os "shoppings" manterão de plantão, no local, durante o horário comercial, uma ambulância que possa dar atendimento nos casos em que haja necessidade de locomoção do paciente.

§ 4º Os "shoppings" manterão, junto ao ambulatório médico, no mínimo, duas cadeira de rodas para utilização, no interior do estabelecimento, pelas pessoas portadoras de deficiência.

§ 5º O atendimento de primeiros socorros aos clientes dos "shoppings" que se enquadrarem no "caput" deste artigo serão fornecidos gratuitamente.

§ 6º Casos graves, que exijam tratamento continuado do paciente, serão de responsabilidade do mesmo, eximindo-se os "shoppings" de qualquer responsabilidade.

§ 7º A infração do disposto neste artigo e parágrafos acarretará as seguintes penalidades:

- a) na primeira autuação, multa de 500 UFIRs;
- b) na segunda autuação, multa de 1000 UFIRs;
- c) na terceira autuação, multa de 1500 UFIRs, e assim sucessivamente, em progressão aritmética.

Art. 45. A obrigatoriedade deste Lei não se aplica aos estabelecimentos comerciais do tipo "shopping" que se encontrarem próximo a hospitais e ambulatórios numa distância de até dois mil metros."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,

em 12 de dezembro de 1997.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 9.132

de 29 de dezembro de 1997.

Regulamenta a Lei Municipal nº 4.592, de 18 de dezembro de 1996.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O incentivo fiscal para realização de projetos culturais, a ser concedido à pessoa física ou jurídica domiciliada no Município é disciplinado pela Lei Municipal nº 4.592, de 18 de dezembro de 1996, e pelo presente Regulamento.

Art. 2º Para efeito deste Regulamento, entende-se por:

I - Empreendedor: a pessoa física ou jurídica, domiciliada no Município de Caxias do Sul, diretamente responsável pelo projeto cultural beneficiado pelo incentivo municipal;

II - Incentivador: a pessoa física ou jurídica, contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ISSQN - ou do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, no Município de Caxias do Sul, que tenha transferido recursos, através de dotação, patrocínio ou investimento, para a realização de projeto cultural beneficiado pelo incentivo municipal;

III - Doação: a transferência de recursos do doador ou incentivador ao empreendedor para a realização de projetos culturais sem finalidades promocionais, publicitárias ou de retorno financeiro;

IV - Patrocínio: a transferência de recursos do patrocinador ou incentivador ao empreendedor para a realização de projetos culturais, com finalidades promocionais, publicitárias ou de retorno institucional;

V - Investimento: a transferência de recursos do investidor ou incentivador ao empreendedor para a realização de projetos culturais, com vistas à participação nos seus resultados financeiros;

VI - Certificado de Aprovação: o documento emitido pelo Poder Público - Secretaria Municipal da Cultura, representativo da apreciação do projeto cultural, a ser usado pelo empreendedor para comprovar a aprovação e aprovação, perante potenciais incentivadores;

VII - Certificado de Incentivo: o documento emitido pelo Poder Público Municipal, através da Secretaria da Fazenda, até o valor global de incentivo fixado a cada ano, representativo do enquadramento e da autorização para que se efetive a transferência de recursos, conforme previsto no Certificado de Aprovação.

CAPÍTULO II

DA COMISSÃO

Art. 3º A Comissão de que trata o art. 3º da Lei Municipal nº 4.592, de 18 de dezembro de 1996, formada majoritariamente por representante do setor cultural e por técnicos da Administração Municipal, analisará os projetos culturais a ela apresentados, bem como suas alterações, complementações e demais assuntos vinculados, manifestando-se de forma independente e autônoma.

§ 1º A Comissão será composta por 7 (sete) membros efetivos e 3 (três) suplentes de comprovada idoneidade e de reconhecida competência na área cultural, sendo que 4 (quatro) membros efetivos e 2 (dois) suplentes serão escolhidos através de listas tríplices enviadas pelas entidades culturais, cabendo ao Poder Executivo Municipal nomeá-lo por Decreto, no qual serão igualmente nomeados os membros efetivos e o suplente representante da Administração Municipal.

§ 2º A Comissão analisará os aspectos orçamentários, financeiros, o efetivo enquadramento dos projetos e o mérito dos mesmos.

- Círculo Trentino; •
- Serviço Social do Comércio;
- Sociedade de Cultura Musical;
- Núcleo de Artes Visuais;
- 4ª Delegacia de Educação;
- Pró-Reitoria de Extensão - UCS;
- Movimento Tradicionalista Gaúcho - 25ª Coordenadoria Regional Tradicionalista;

- Diretório Central de Estudantes - DCE;
- União das Associações de Bairros - UAB;
- Associações de Clubes de Mães;
- Sociedade Cultural Eco Dei Monti
- Sociedade Cultural Miseri Coloni;
Coloni;
- Clube do Fotógrafo Amador;
- Associação dos Amigos do Brique dos Macaquinhos;
- Academia Caxiense de Letras;
- Associação Caxiense de Teatro;
- União Brasileira de Trovadores - Seção Caxias do Sul;
- Associação Vêneta do Rio Grande do Sul;
- Querência da Poesia Xucra.

Parágrafo único. As normas para a inclusão ou exclusão das entidades relacionadas no "caput" deste artigo se dará de forma que for definida no Regimento Interno da Comissão, cabendo ao Poder Executivo Municipal baixar os atos necessários à efetivação das alterações.

Art. 5º A seleção dos membros da Comissão e sua designação pelo Poder Executivo Municipal se dará da seguinte forma:

I - A Secretaria Municipal da Cultura, fará publicar através do Jornal do Município e/ou em pelo menos 1 (um) jornal de ampla circulação, o comunicado convidando as entidades ou instituições que participam do processo seletivo, para apresentarem suas indicações e a seguinte documentação: Estatuto devidamente registrado e CGC, cabendo ainda a convocação direta mediante ofício;

II - As entidades ou instituições que participam do processo seletivo apresentarão à Secretaria Municipal da Cultura, a indicação de até (três) nomes diversos para composição da Comissão;

III - Estas entidades ou instituições, respeitadas a representatividade, pluralidade e atuação no processo cultural, escolherão, em reunião convocada para este fim, as 6 (seis) entidades ou instituições que, através da indicação de até 3 (três) nomes, comporão os 4 (quatro) titulares e 2 (dois) suplentes representativos da comunidade.

IV - O Poder Executivo Municipal escolherá, em até 5 (cinco) dias que sucederem o término do prazo para as indicações, os membros efetivos e os suplentes representantes das entidades do setor cultural, entre os 18 (dezoito) nomes indicados, respeitada a pluralidade, na representação, baixando o ato relativo às nomeações e posse.

V - A Secretaria Municipal da Cultura fará publicar, na edição do Jornal do Município subsequente ao término do prazo para as indicações e/ou em pelo menos um jornal de ampla circulação, no prazo de até 10 (dez) dias, o comunicado contendo a lista das entidades ou instituições que participaram do processo seletivo, suas indicações e os nomes escolhidos para integrarem a Comissão na condição de membros efetivos e suplentes, inclusive aqueles vinculados à Administração Municipal, fazendo referência ao ato relativo às nomeações e posse.

Art. 6º Os membros da Comissão terão mandato de 1 (um) ano, podendo ser reconduzido.

§ 1º Não será permitido aos membros da Comissão, durante o período do mandato apresentar projetos, por si ou por interposta pessoa.

§ 2º A proibição de que trata o § 1º, deste artigo, aplica-se basicamente aos próprios membros da Comissão, não se estendendo às entidades ou instituições públicas e privadas que os indicaram ou designaram.

§ 3º Perderá o mandato o membro da Comissão que se omitir na apresentação de parecer com relação a 3 (três) projetos que lhe tenham sido distribuídos, bem como aos que faltarem a mais de 3 (três) reuniões ao longo do mandato, sem apresentar justificativa aceita pela própria Comissão.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, em se tratando de servidor municipal, além da perda de mandato e substituição, será ele responsabilizado, se for o caso.

§ 5º Os membros efetivos, em seus impedimentos e nos casos de vacância, serão substituídos por membros suplentes, na forma e de acordo com os critérios estabelecidos pelo Regimento Interno da Comissão.

§ 6º A escolha e a nomeação dos membros da Comissão, nos casos de vacância, será feita de forma igual à já definida neste Decreto, restrito o mandato ao período complementar.

Art. 7º A Comissão terá seu funcionamento disciplinado por Regimento Interno próprio, a ser por ela elaborado e aprovado, no prazo de 15 (quinze) dias após a posse de seus membros

Parágrafo único. Do Regime Interno constarão, entre outras normas, o cronograma das reuniões, a forma de convocação, o roteiro para recebimento, análise e avaliação dos projetos, os prazos para emissão dos Certificados de Aprovação e dos Certificados de Incentivo, bem como a forma de funcionamento da própria Comissão, observado o disposto neste Decreto.

Art. 8º O Regimento Interno e as demais normas e decisões da Comissão serão divulgados mediante publicação no Jornal do Município de Caxias do Sul.

Art. 9º A Comissão contará com o apoio operacional a ser fornecido pela Secretaria Municipal da Cultura e Secretaria da Fazenda do Município.

CAPÍTULO III

DOS PROJETOS E DA SUA APROVAÇÃO

Art. 10. O Protocolo Geral da Prefeitura Municipal receberá os projetos culturais apresentados, emitindo e entregando ao empreendedor o competente protocolo, do qual constarão a identificação do projeto e do empreendedor, a data do recebimento e o número do processo.

§ 1º Os Protocolos e os correspondentes processos deverão obedecer, rigorosamente, a ordem de entrada.

§ 2º A Secretaria Municipal da Cultura fará publicar mensalmente, no Jornal do Município e/ou em pelo menos 1 (um) jornal de ampla circulação, relação, sob forma de extrato, de todos os projetos protocolados no período imediatamente anterior.

Art. 11. O limite máximo de incentivo a ser concedido por projeto, individualmente, será fixado pelo Poder Executivo, anualmente, juntamente com a Comissão, atendendo ao disposto no § 4º, do art. 3º, da Lei nº 4.592, de 18 de dezembro de 1996.

Art. 12. A Comissão se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que necessário, para averiguar e avaliar os projetos culturais apresentados, analisando seu aspecto orçamentário e seu enquadramento nas normas e dispositivos da Lei Municipal nº 4.592, de 18 de dezembro de 1996, deste Regulamento.

Parágrafo único. São possíveis de aprovação somente os projetos culturais que visem exibição, utilização e circulação pública dos bens culturais deles resultantes, vedada a concessão de incentivos a obras produtos, eventos ou outros decorrentes, destinados ou circunscritos a circuitos privados ou a coleções particulares.

Art. 13. A Comissão, por ocasião da análise do projeto, avaliará, também, o cronograma de execução e o correspondente cronograma de desembolso, sendo que o prazo não poderá exceder a 12 (doze) meses, a partir da expedição do Certificado de Incentivo.

Parágrafo único. Se o projeto cultural abranger mais de uma fase, desdobrando-se por mais de um período anual, deverá ser analisado no seu todo, assegurando, desde logo, no caso de aprovação, os Certificados de Aprovação correspondentes ao exercício seguinte.

Art. 14. Os projetos culturais poderão ser incentivados parcialmente, de acordo com o limite fixado por projeto, mediante prévia consulta da Comissão ao seu empreendedor e sua aquiescência indispensável e expressa.

Parágrafo único. A aprovação de projetos culturais com valores incentivados em montante inferior ao solicitado, está vinculada à avaliação da viabilidade de sua realização nestas circunstâncias, bem como o comprometimento de sua integridade.

Art. 15. A comissão solicitará à Secretaria Municipal da Cultura, quando necessário, pareceres técnicos.

Art. 16. Concluído o trabalho da Comissão, esta encaminhará à Secretaria Municipal da Cultura, as suas decisões, nos prazos e na forma estabelecidos em seus Regimento Interno.

Art. 17. A Secretaria Municipal da Cultura, poderá encaminhar à Procuradoria-Geral do Município de ofício, ou por solicitação da Comissão, os projetos de cuja análise resulte dúvida quanto à legalidade.

Art. 18. A Secretaria Municipal da Cultura fará publicar no Jornal do Município e/ou em pelo menos um jornal de ampla circulação, a relação dos projetos aprovados, sob a forma de extrato, com a identificação do projeto e do empreendedor, a área de enquadramento e os valores, totais e incentiváveis.

Art. 19. A Secretaria Municipal da Cultura, emitirá os Certificados de Aprovação em nome dos empreendedores que tiveram seus projetos culturais apreciados e aprovados pela Comissão de que trata o art. 3º, da Lei Municipal nº 4.592, de

18 de dezembro de 1996.

§ 1º Os Certificados de Aprovação terão validade de 2 (dois) anos, contados a partir da data de sua emissão, vedada sua simples prorrogação.

§ 2º Os Certificados de Aprovação servirão de base para a emissão dos Certificados de Incentivo, devendo ser emitidos em modelo próprio, do qual constarão obrigatoriamente:

I - a identificação do empreendedor, do projeto cultural e a data de sua aprovação;

II - a data de emissão;

III - o valor total do projeto cultural, o valor aprovado para fins de captação de recursos incentivados e o correspondente cronograma de desembolso.

§ 3º Os valores dos quais trata o inciso III, § 2º, deste artigo, serão corrigidos com base na variação da UFIR ou na forma da legislação municipal competente fixada para suas espécies tributárias.

§ 4º Os modelos dos certificados constam nos anexos I e II deste Decreto.

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS E DA SUA TRANSFERÊNCIA

Art. 20. A Secretaria da Fazenda do Município, emitirá os Certificados de Incentivo que servirão de base para a transferência dos recursos do incentivador ao empreendedor do projeto cultural, para fruição do correspondente incentivo fiscal.

§ 1º Os Certificados de Incentivo serão emitidos em nome do empreendedor e do incentivador, a partir de solicitação conjunta destes, em formulário próprio, contendo termo de compromisso com as obrigações do empreendedor e do incentivador, a ser protocolado no Protocolo Geral, juntamente com o Certificado de Aprovação e conta do projeto com extrato zerado, cabendo à Secretaria Municipal da Fazenda obedecer o limite global de incentivo autorizado na forma do artigo 1º, da Lei nº 4.592, de 18 de dezembro de 1996.

§ 2º A utilização dos Certificados e Incentivo será feita na forma que dispõem os § 3º, 4º e 5º do art. 1º e art. 2º da Lei Municipal nº 4.592, de 18 de dezembro de 1996.

§ 3º O valor aprovado para fins de captação de recursos incentivados, que consta do Certificado de Aprovação do projeto cultural, corrigido na forma prevista no § 3º, do art. 19, deste Decreto, poderá ser fracionado em parcelas, correspondente aos recursos a serem transferidos pelo incentivador.

§ 4º Os Certificados de Incentivo são intransferíveis e serão emitidos em modelo próprio, do qual constarão obrigatoriamente:

I - a identificação do empreendedor, do incentivador, do projeto cultural e a data da aprovação deste;

II - a data da emissão, a data limite para que o incentivador efetive o depósito em favor do empreendedor e a identificação da conta corrente vinculada ao projeto cultural.

III - a indicação fiscal do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e/ou a inscrição municipal no Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, o valor autorizado para fins de incentivo, respeitado o disposto no § 4º do art. 1º, da Lei Municipal nº 4.592, de 18 de dezembro de 1996, o prazo de validade de sua utilização para o eventual pagamento de parte do IPTU ou ISSQN, relativo a esse contribuinte.

IV - a obrigatoriedade de divulgar o apoio institucional da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul.

§ 5º Os Certificados de Incentivo perderão sua validade após a data limite fixada para a efetivação dos depósitos na conta vinculada ao projeto cultural.

§ 6º A Secretaria da Fazenda do Município manterá permanentemente atualizada a relação dos certificados de incentivo emitidos, através da qual será efetuado o controle, em especial, do valor global dos incentivos aprovados.

Art. 21. Cabe à Comissão, por ocasião da análise e aprovação, determinar os prazos em que o empreendedor deverá prestar contas à Secretaria Municipal da Cultura, atendidos este Regulamento, as demais normas baixadas em seu cumprimento e as características do Projeto.

CAPÍTULO V

DOS INCENTIVOS E DE SUA UTILIZAÇÃO

Art. 22. O incentivador, de posse do Certificado de Incentivo, poderá utilizá-lo dentro do exercício fiscal em que ele foi emitido, lançando mão do valor autorizado, para pagamento de até 20% (vinte por cento) do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, conforme dispões os § 3º e 4º do art. 1º, da Lei Municipal nº 4.592, de 18 de dezembro de 1996, por ele devidos a cada incidência, desde que os débitos não estejam inscritos na dívida ativa e que não sejam provenientes de auto de infração.

§ 1º No caso de estar vencido o imposto, o valor do Certificado de Incentivo será aproveitado apenas para o pagamento de seu montante corrigido monetariamente, dele excluídos as multas e os juros de mora.

§ 2º Os valores dos Certificados de Incentivo serão corrigidos mensalmente pelos mesmos índices aplicáveis na correção do imposto, obedecido o limite de 2 (dois) anos de validade, conforme dispõe o Art. 7º, da Lei Municipal nº 4.592, de 18 de dezembro de 1996.

§ 3º O incentivador, de posse do Certificado do Incentivo, poderá utilizar o valor autorizado a partir da comprovação da transferência dos recursos financeiros ao Empreendedor, conforme Termo de Compromisso assumido.

Art. 23. O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria da Fazenda, informará à Secretaria Municipal da Cultura, previamente, o limite do montante de incentivos a serem concedidos e sua programação financeira, bem como suas alterações.

CAPÍTULO VI

DA FISCALIZAÇÃO E DAS PENALIDADES

Art. 24. Competirá à Comissão, conjuntamente com a Secretaria Municipal da Cultura e a Secretaria da Fazenda do Município a fiscalização do exato cumprimento das obrigações assumidas pelo empreendedor e pelo incentivador dos projetos culturais beneficiados, nos termos da Lei nº 4.592, de 18 de dezembro de 1996.

Art. 25. Ao empreendedor que não aplicar corretamente o valor incentivado, agindo com dolo ou acarretando desvio do objetivo ou dos recursos, será aplicada a multa correspondente a 10 (dez) vezes o referido valor, devidamente corrigido na forma da Legislação Municipal competente para suas espécies tributárias, sem prejuízo, as sanções fiscais e penais cabíveis, conforme previsto no art. 8º, da Lei Municipal nº 4.592, de 18 de dezembro de 1996.

Parágrafo único. O mesmo procedimento de multa será aplicado ao empreendedor que não prestar conta do projeto cultural na data prevista pelo Município.

Art. 26. Caberá à Secretaria Municipal da Cultura, ouvido o Serviço Municipal de Auditoria, decidir pela aplicação da penalidade prevista no art. 25 deste Decreto, bem como encaminhar à Procuradoria-Geral do Município para as medidas cabíveis.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal da Cultura, uma vez decidida a aplicação das penalidades previstas no art. 25 deste Decreto, oficiará à Secretaria da Fazenda do Município, para que esta efetive a aplicação da penalidade, cuidando de sua arrecadação e demais medidas decorrentes.

Art. 27. A Comissão deverá ser informada pela Secretaria Municipal da Cultura, quando for o caso, das infrações cometidas e dos encaminhamentos pelos arts. 25 e 26 deste Decreto.

Art. 28. Se for apurado, no processo correspondente, que o incentivador concorreu para que o empreendedor fraudasse a regular aplicação dos recursos, ambos serão responsabilizados, sujeitando-se às mesmas penalidades.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29. A Comissão, a Administração Pública e o incentivador, este quando não ocorrer o previsto no art. 28 deste Decreto, não responderão solidariamente por quaisquer violações de dispositivos legais ou por descumprimento de quaisquer das normas pertinentes, que venham a ser cometidas pelo empreendedor, na realização do projeto cultural incentivado.

Art. 30. O empreendedor deverá informar por escrito à Secretaria Municipal da Cultura quaisquer dificuldades de execução do Projeto, para que sejam tomadas providências adequadas.

Art. 31. As entidades de classe representativas dos diversos segmentos da cultura poderão ter acesso a toda documentação referente aos projetos culturais apresentados, em todas as etapas do processo, mediante requerimento por escrito à Comissão, devidamente justificado.

Parágrafo único. O exame da documentação far-se-á em horários e data designados pela Comissão, nas dependências da Secretaria Municipal da Cultura, após notificação ao empreendedor, que poderá estar presente.

Art. 32. Os recursos transferidos pelo incentivador deverão ser totalmente aplicados no projeto cultural ao qual se referem.

§ 1º As aplicações financeiras com os recursos referidos no "caput" deste artigo, serão feitas obrigatoriamente através da conta vinculada ao projeto cultural, à qual se destinará o crédito dos resultados.

§ 2º No caso de ocorrer sobra de recursos, representado pelo saldo final da conta vinculada, este deverá reverter integralmente ao Município.

Art. 33. A doação ou patrocínio poderão ser feitos mediante transferência de materiais, equipamentos e serviços, desde que estes se encontrem destacados no orçamento do projeto cultural e assim for aprovado pela Comissão.

§ 1º Os Certificados de Incentivo, no caso do "caput" deste artigo, terão sua utilização pelo incentivador condicionada à comprovação da efetiva transferência dos materiais, equipamentos e serviços, nele obrigatoriamente especificados.

§ 2º Na hipótese de que trata o "caput" deste artigo, a prestação de contas será feita com base nas notas fiscais correspondentes, as quais serão juntados catálogos, folhatos, especificações e tabelas de preços, conforme o caso, de forma a permitir a correta identificação do que foi transferido, bem como sua avaliação e cotejo com os preços correntes praticados no mercado.

Art. 34. A Secretaria da Fazenda do Município e a Secretaria Municipal da Cultura, estabelecerão, através de comunicado, o fluxo e os procedimentos para a obtenção do incentivo, para sua utilização no abatimento dos impostos mencionados no presente Decreto.

Art. 35. Competirá à Secretaria Municipal da Cultura, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da publicação deste Decreto, a convocação das entidades e instituições que poderão participar da Comissão a que se refere o art. 3, da Lei Municipal nº 4.592 de 18 de dezembro de 1996.

Art. 36. É vedado ao empreendedor captar recursos municipais incentivados que, juntamente com aqueles incentivados na esfera federal e estadual, venham a ultrapassar o valor global do Projeto aprovado, ou auferir um montante de benefícios fiscais superior ao valor transferido.

§ 1º É igualmente vedado ao empreendedor conceder e ao incentivador receber, quaisquer vantagens financeiras relacionadas com o apoio ao projeto cultural, salvo no caso de investimentos, quando as condições constarão, obrigatoriamente, do projeto apresentado e aprovado pela Comissão.

§ 2º O empreendedor informará à Secretaria Municipal da Cultura o montante dos recursos incentivados na esfera federal e estadual sob pena, em caso negativo, de incidir nas sanções previstas neste Decreto.

Art. 37. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 38. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL,

em 29 de dezembro de 1997.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

Marisa Formolo Dalla Vecchia

SECRETÁRIA-GERAL

ERRATAS

Na publicação do Decreto nº 9.095, de 21 de novembro de 1997, edição nº 85, à pg. 5, do Jornal do Município de 19/12/97, no art. 1º, inciso I, leia-se: "das 12h15min às 18h51min."

- A página 05 da edição nº 85, de 19/12/97, do Jornal do Município, onde constou Decreto nº 0.098, leia-se "Decreto nº 9.098".

COMUNICADO

Conforme Lei Municipal nº 4592, de 18 de dezembro de 1996, que dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de projetos culturais no âmbito do Município de Caxias do Sul, e Decreto nº 9.132, de 29/12/1997, estamos convidando as entidades abaixo relacionadas para que manifestem seu interesse em integrar a Comissão responsável pela averiguação e avaliação dos projetos culturais apresentados.

Até o dia 20 de janeiro de 1998, deverão ser encaminhados à Prefeitura Municipal - Secretaria Municipal da Cultura (R. Alfredo Chaves, s/nº - CEP 95080-460), a indicação de até 03 (três) nomes diversos para a composição dos 04 (quatro) titulares e 02 (dois) suplentes representativos da comunidade na referida Comissão, bem como cópia do Estatuto devidamente registrado e CGC.

As entidades ou instituições que poderão participar do processo seletivo, escolhidas por sua representatividade, pluralidade e atuação no processo cultural, são as seguintes:

- Círculo Operário Caxiense;
- Círculo Trentino;
- Serviço Social do Comércio;
- Sociedade de Cultura Musical;
- Núcleo de Artes Visuais;
- 4ª Delegacia de Educação;
- Universidade de Caxias do Sul - Pró-Reitoria de Extensão;
- Movimento Tradicionalista Gaúcho - 25ª Coordenadoria Regional Tradicionalista;

- Diretório Central dos Estudantes;
- União das Associações de Bairros;
- Associação de Clubes de Mães;
- Sociedade Cultural Eco Dei Monti;
- Sociedade Cultural Miseri Coloni;
- Clube do Fotógrafo Amador;
- Associação dos Amigos do Brique dos Macaquinhos;
- Academia Caxiense de Letras;
- Associação Caxiense de Teatro;
- União Brasileira de Trovadores - Seção Caxias do Sul;
- Associação Vêneta do Rio Grande do Sul;
- Querência da Poesia Xucra.

Em 30/12/1997

Tadiane Tronca

Diretora do Departamento Mun. de Arte e Cultura

fepam

LICENÇA DE OPERAÇÃO LO Nº 4669/97-DL

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, criada pela Lei Estadual nº 9.077 de 04/06/90 e com seus Estatutos aprovados pelo Decreto nº 33.765, de 28/12/9C, registrada no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo nº 03676-20.67/97.8, expede a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO que autoriza a:

CODFON: 11270, CODRAM: 3542,00
EMPREENDEDOR: MUNICIPIO DE CAXIAS DO SUL,
ENDEREÇO: Rua Alfredo Chaves, s/nº,
MUNICIPIO: Caxias do Sul - RS,
CEP: 95.100-000,

a promover a operação relativa

à atividade de: DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, através de CENTRAL DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS ORIUNDOS DE COLETA SELETIVA, numa área total licenciada de 320m2, localizada: na RS/230, km/011, bairro Centenário, no município de Caxias do Sul-RS.

Com as condições e restrições:

1- esta licença refere-se somente a resíduos urbanos recicláveis, oriundos de coleta seletiva;
2- deverão ser mantidas as condições operacionais adequadas, de forma a garantir o bom funcionamento do sistema;
3- todo o resíduo recebido no empreendimento deverá ser acondicionado de forma a assegurar seu confinamento até o processamento e destinação final;
4- os rejeitos da triagem não devem ser dispostos na área da Central de Triagem;

5- a concessão desta licença deverá ser publicada de acordo com a Resolução CONAMA Nº 006/86, em anexo.

Com vistas à RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO, a empresa deverá apresentar:

1- requerimento solicitando a renovação da Licença de Operação;
2- cópia desta licença;

3- cópia da publicação da concessão desta licença e da solicitação de sua renovação, de acordo com a Resolução CONAMA Nº 006/86;

4- laudo técnico, firmado por profissional habilitado, de que as instalações vem sendo operadas em cumprimento a presente Licença de Operação;

5- declaração da empresa, informando que há cumprimento das condições e restrições acima, bem como não houve nenhuma alteração da atividade ora licenciada; salientamos que, qualquer alteração (processo produtivo, produção, área física, etc.) deverá ser previamente avaliada por esta Fundação, através de solicitação de Licença Prévia (LP);

6- comprovante do pagamento dos custos dos Serviços de Licenciamento Ambiental conforme Resolução nº 01/95-CONS. ADM., publicada no DOE em 01/09/95.

Esta Licença só é válida para as condições contidas acima e até 25/05/98. Porém, caso algum prazo estabelecido nesta licença for descumprido, automaticamente esta perderá sua validade. Este documento também perderá a validade caso os dados fornecidos pelo requerente não correspondam à realidade.

A presente Licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Porto Alegre, 02 de dezembro de 1997.

Flávio Ferreira Presser

Diretor-Presidente da FEPAM.